

ACTA

DATA DA SESSÃO: 17 de Abril de 2010-----

LOCAL DA REUNIÃO: Salão Nobre da Junta de Freguesia -----

PRESIDIU: Américo Luís Carvalho Fernandes-----

PRESENÇAS:-----

Partido Social-Democrata: -----

Américo Luís Carvalho Fernandes: - Presente-----

Maria Henriqueta Cerqueira Pinto Almeida Gomes Alves: – Presente.-----

Manuel Joaquim Ferreira Monteiro: - Presente.-----

José Patrício Ferreira Correia: - Presente.-----

Rui Miguel Oliveira Pedrosa Batista: - Presente.-----

José Manuel Coelho Pinheiro Machado: – Presente.-----

Rafaela Patrícia Martins Ferreira Torres: - Presente.-----

Júlio Ferreira Torres: – Presente. -----

Vítor Manuel Moreira Martins: – Presente.-----

Unir para Crescer:-----

Joaquim Eduardo Machado Pereira: - Presente.-----

Sara Catarina Oliveira Silva: – Presente.-----

Partido Socialista: -----

Luís Gonzaga Carvalho Lopes Machado – Presente.-----

Bernardino Certo Alves Pinheiro – Presente-----

-----HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: 15,00 horas -----

-----HORA DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: 18,00 horas-----

-- Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila das Aves, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – Informações do Executivo; -----

2- Conta de Gerência de 2009; -----

3 – Inventário; -----

4 – Cedência de terreno à ASAS/Adenda ao Contrato de Comodato.-----

-- Iniciada a sessão, foi posta à consideração dos deputados a acta da sessão anterior, oportunamente enviada, em minuta, a todos os deputados. A deputada Sara Catarina Silva pediu a palavra para sugerir que fossem enviados, juntamente com a minuta da acta, cópia dos respectivos anexos. O deputado Luís Lopes Machado chamou a atenção para a falta da menção, na acta em discussão, da interrupção feita para que o Presidente da Junta pudesse fazer uma chamada telefónica. O Presidente da Mesa colocou à consideração dos restantes deputados a necessidade de tal menção, tendo concluído que não havia nisso nenhuma relevância que a acta seria colocada à votação tal como estava redigida na minuta. -----

-- Assim, a acta foi posta à votação tendo sido aprovada por nove votos a favor, dos deputados do PSD, duas abstenções, dos deputados do UPC e dois votos contra, dos deputados do PS. -----

-- Seguidamente o Presidente da Assembleia deu conhecimento de correspondência recebida da Direcção do Lar Familiar da Tranquilidade e da resposta, entretanto enviada, que se anexa como Doc.1.-----

-- Entrou-se de seguida no período de antes da ordem do dia tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

-- O deputado Joaquim Pereira começou por sugerir que as intervenções iniciais deste período fossem rotativas. A seguir deixou uma palavra de apreço à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal que, apesar de o Inverno ter sido tão rigoroso conseguiram manter as ruas sempre transitáveis. Seguidamente questionou sobre o modo como foi paga a dívida ao advogado no processo da Quinta dos Pinheiros, nomeadamente sobre o acordo que foi feito para o efeito. Outro assunto que referiu foi o cemitério, do qual foi responsável enquanto foi vogal da Junta, e porque considera que todos quantos por lá passaram fizeram um bom trabalho, disse estar plenamente de acordo que o cemitério esteja a cargo da Junta de Freguesia. Referiu de seguida as palavras do vogal Óscar Ferreira, na última Assembleia, que disse que sentiu ao fim de 25 anos, aquando do

pedido para a Aves Solidária, que a população avense era humilde e solidária. Tudo isto é verdade, disse, mas não chega sermos pedintes e a Junta de Freguesia deveria fazer muito mais, que deveria organizar palestras e colóquios e porque não usar as novas tecnologias para se criarem novos postos de trabalhos tão necessários. -----

-- A deputada Sara Catarina Silva sugeriu que os documentos em discussão na Assembleia fossem enviados com mais antecedência para que os deputados, sobretudo os mais inexperientes, pudessem ter mais tempo para análise dos mesmos. Sugeriu também que os documentos, nomeadamente protocolos celebrados com outras instituições, fossem publicados na página da Junta de Freguesia na Internet.-----

-- O deputado Rui Batista lembrou que em 6 de Agosto de 2008 foi publicado no Jornal “Entre Margens” o concurso para a empreitada a levar a cabo na “Quinta do Verdeal”. Na altura, um deputado do PSD sugeriu que os avenses fizessem uma limpeza ao local, para o tornar um sítio menos perigoso e um deputado do PS disse que isso não seria necessário porque a Câmara o iria fazer e já lá vão dois anos. Disse que as promessas são sempre as mesmas, eleições atrás de eleições e que na última Assembleia Municipal foi aprovado um empréstimo para obras no concelho, mas entre elas não foi mencionada a Quinta do Verdeal; no entanto, para espanto de todos, foi mencionada a obra de requalificação da Praça General Humberto Delgado, na sede do concelho, que não é uma prioridade. Referiu ainda que nós, os avenses, somos a freguesia que mais contribui para o orçamento da Câmara Municipal mas continuamos a receber zero e que o Presidente da Câmara, em vez de transferir verbas, faz investimento directo, só que usa as mesmas obras como desculpa há mais de oito anos. Em sua opinião temos de continuar a “bater na mesma tecla”, não podemos parar de insistir na Quinta do Verdeal, visto que, para além da falta de um parque este é um assunto de saúde pública que urge resolver. -----

-- O Presidente da Junta, em resposta às intervenções anteriores, disse que o Executivo sempre esteve aberto a promover conferências, debates, e que para isso até pediu, conjuntamente com a Assembleia de Freguesia, no início do mandato, reuniões com as associações da terra, com o objectivo de conhecer as suas dificuldades, lamentavelmente, a única que não respondeu foi a associação de cuja direcção o deputado Joaquim Pereira faz parte, demonstrando falta de sentido de colaboração. Quanto à passagem do mesmo pelo cemitério, lembrou que este apenas foi vogal da Junta durante cinco meses, porquanto o resultado do seu trabalho foi muito pouco. Em relação à intervenção da deputada Sara Silva disse que se irá colmatar esta falta de

envio dos documentos anexos à acta da assembleia. Quanto à intervenção do deputado Rui Batista, disse que é preciso lembrar as promessas feitas em campanha eleitoral pela Câmara Municipal, que gere um orçamento de milhões, e para o qual nós contribuímos, em muito, com os nossos impostos, e por isso temos que ter retorno. Terminou dizendo que, na Assembleia Municipal, votou favoravelmente o pedido de empréstimo da Câmara Municipal e espera ver algum resultado para a freguesia. -----

-- O deputado Joaquim Pereira pediu a palavra para responder ao Sr. Presidente da Junta e disse que só elogiou o cemitério e que foi recebido “com duas pedras na mão”; disse ainda estar nesta Assembleia para fazer política séria. Em relação ao Clube Desportivo das Aves, disse que o pedido de reunião de que falou o Presidente da Junta nunca chegou até si, nem aos seus colegas de direcção e confessou-se triste que a política seja feita desta maneira, pois enquanto aqui estiver será para tratar de assuntos para o bem de Vila das Aves e não para outro tipo de coisas. -----

-- O Presidente da Assembleia solicitou ao deputado Joaquim Pereira que tomasse providências no sentido de saber se a carta referida foi ou não recebida e que se de facto não foi, haverá ocasião de superar esta questão, tendo o referido deputado esclarecido que não disse que a carta não foi recebida mas sim que não chegou ao seu conhecimento a sua recepção. Quanto à sugestão da rotatividade das intervenções iniciais, o Presidente da mesa esclareceu que o Regimento é omissivo quanto a este assunto, e que sem uma alteração ao mesmo, que poderá ser vista em conjunto, não o fará. Referindo-se à intervenção da deputada Sara Catarina Silva explicou que ele próprio tentou colocar a Acta e os documentos anexos à acta na página da Internet mas que por dificuldades técnicas não foi possível fazê-lo e que irá procurar resolver este problema.-----

-- Entrou-se de seguida no 1º ponto da Ordem de Trabalhos - Informações do Executivo:

- Amieiro Galego - o Presidente da Junta começou por falar do Amieiro Galego e do subsídio de 10.000,00€ que a CMST deliberou na reunião de Câmara de 27 de Janeiro de 2010. Este subsídio prometido em 4 de Setembro conforme ofício da CMST do mesmo dia, ainda não foi pago. Também informou que os senhores vereadores do PSD votaram contra este mesmo subsídio pois apresentaram uma proposta para que fosse atribuído, no mínimo, um terço do valor investido pela Junta, ou seja, um valor de 25.000,00€. Os senhores vereadores socialistas votaram contra.-----

- O Presidente da Junta informou ainda da sua intervenção na Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro, onde prestou uma homenagem ao Povo de Vila das Aves pela colaboração financeira na ajuda da compra do Amieiro Galego que já totaliza em

donativos cerca de 23.000,00 €. Este peditório pelos avenses irá continuar durante os próximos tempos. -----

- Processo Judicial da “Quinta dos pinheiros” – O Presidente da Junta informou da falta de cumprimento de uma deliberação de 1999 sobre a atribuição de um subsídio pela CMST à Junta de Freguesia de Vila das Aves para fazer face às despesas com o processo judicial da Quinta dos Pinheiros. Disse ainda que os Srs. Vereadores eleitos pelo PSD fizeram chegar à reunião de Câmara do dia 27 de Janeiro de 2010 um requerimento exigindo o cumprimento da deliberação de 14 de Outubro de 1999 que atribuía um subsídio de 2.000 contos (10.000 €). -----

O Presidente da Junta leu parte da acta dessa mesma reunião no que respeita a este assunto: -----

“os eleitos pelo PS disseram que *Quem conhece bem o caso da Quinta dos Pinheiros sabe que só por intermediação do Presidente da Câmara Municipal, entre o Presidente da Junta de Freguesia de Vila das Aves e o Sr. Augusto Garcia foi possível chegar a um acordo.* -----*Dado que*

não ocorreu o julgamento as avultadas despesas com o processo jurídico (taxas de justiça, honorários, etc.) foram muito menores que o previsto pelo que o valor do subsídio solicitado não se justifica....”-----O

Presidente da Junta disse ainda que, como é público, dos 10.000€ deliberados para ajudar a custear as despesas com o processo jurídico, ainda faltam receber da CMST 5.000€ (1.000 contos) e que não podemos aceitar que o Presidente da Câmara queira agora anular este subsídio deliberado em 1999. -----

O problema do processo com o Dr. José Fernandes foi explicado pelo executivo directamente ao Sr. Presidente da Câmara. O custo total dos honorários é mais do dobro previsto. Até hoje já foi pago 19.139,46€ e falta pagar 2.550 €. (2 prestações conforme acordo estabelecido). Um total de 21.689,46 €). -----

O Presidente da Junta manifestou a sua indignação, que deve ser também a indignação de todos os deputados e de todos os Avenses. É mais uma decisão injusta, do Sr. Eng. Castro Fernandes. Em vez de aumentar o subsídio ainda o quer anular baseando-se em argumentos falsos. Todos sabem que houve várias sessões de julgamento. Terminou este assunto dizendo que esta atitude do Eng. Castro Fernandes prova mais uma vez aquilo que vem sendo afirmado há muito tempo e por diversas ocasiões: o Sr. Presidente da Câmara, tudo tem feito para paralisar a actividade desta Junta de Freguesia. -----

- Honorários Processo da Quinta dos Pinheiros ao Dr. José Fernandes – Entendeu o

executivo dar conhecimento ao Dr. José Fernandes da acta da CMST sobre subsídio referido anteriormente. O Presidente da Junta leu a carta resposta do Dr. José Fernandes.

(Doc.2) -----

- Conta de Gerência da CMST referente ao no de 2009 – O Presidente da Junta informou que votou contra a conta de gerência da CMST referente ao ano de 2009 apresentada na última Assembleia Municipal. Foi distribuído por todos os deputados e por todos os presentes um mapa com as transferências da CMST para todas as Juntas de Freguesia do concelho durante o mesmo ano (em anexo). -----

--O Presidente da Junta disse que quando se fala aqui de transferências da CMST para a Junta de Freguesia de Vila das Aves, temos que ser realistas e assumir uma vez por todas que, efectivamente, é inaceitável o que se passa; é inaceitável que o Sr. Presidente da CMST continue a negar à Freguesia de Vila das Aves os meios financeiros mínimos à concretização dos planos de actividades aqui aprovados; é inaceitável que, ano após ano, tenhamos que nos debater sempre com o mesmo problema financeiro; é inaceitável que a Vila das Aves, a par com as outras Juntas de Freguesia eleitas pelo PSD, receba importâncias irrisórias quando comparadas com as outras freguesias eleitas pelo partido socialista. Como exemplo, disse que a vizinha freguesia de Roriz, arrecadou em transferências da CMST mais 438% que a nossa freguesia, que significa em euros mais 210 mil €. Afirmando que nada temos contra a freguesia de Roriz, mas não podemos ficar calados que todos os anos se verifiquem estas evidências, que só tem uma explicação: a cor política de eleição das respectivas Juntas. O Presidente da Junta continuou dizendo que é inaceitável que a Freguesia de Vila das Aves apenas receba em transferências correntes 7,29% e de transferências de capital somente 0,98% do total de transferências para as 24 freguesias do concelho e que os senhores deputados socialistas por várias ocasiões continuem afirmando que a CMST tem investido milhões ignorando as verbas insignificantes transferidas para a Junta de Freguesia. Disse ainda que é caso para perguntar o que pode a Vila das Aves esperar da CMST em 2010 em obras, quando o PPI da Câmara prevê 649 mil € que representa 1,86 % do total do PPI para 2010 que é de 34.817 milhões de euros. (1,86%). O Presidente da Junta disse que manifestou na Assembleia Municipal realizada no passado dia 14 o total desagrado por isso. Ao terminar este assunto disse ainda que na Assembleia Municipal de quarta-feira passada interveio dizendo que *“diga o Sr. Presidente da Câmara Municipal o que disser, é inadmissível que após quase 36 anos do 25 de Abril, a nossa vida de autarca de freguesia seja completamente reduzida à insignificância, à total marginalização, à total*

asfixia financeira imposta por quem tem a obrigação primeira de ter uma postura totalmente apartidarizada e acima de tudo a colaboração institucional necessária para que, os executivos de freguesia de Junta possam exercer com um mínimo de dignidade os seus mandatos. O resultado das últimas eleições autárquicas foi bem claro e determinou que o destino do concelho fosse gerido por uma Câmara Socialista. Logo os eleitos pela lista do PS têm todo o direito de Governar. Só que o direito de governar pressupõe deveres.”-----

-- Festa da Vila – 4 Abril de 2010 - O Presidente da Junta dirigiu um primeiro agradecimento público ao Sr. Padre Fernando Azevedo Abreu pela abertura e disponibilidade demonstrada desde o dia em que se decidiu a realização das Festas da Vila no dia de Páscoa. Por sugestão do mesmo, recebemos neste edifício da Junta a visita Pascal, para a qual foi convidado todo o Executivo Camarário, todos os vereadores eleitos, todos os deputados desta Assembleia, ex-presidentes da Junta e da Assembleia de Freguesia, várias Associações e todo o Povo de Vila das Aves. Continuou agradecendo a todos os comerciantes e industriais que contribuíram financeiramente para a realização das Festas da Vila, a todas as Associações que participaram no sucesso das mesmas e um agradecimento muito especial aos seus colegas de executivo, D. Cláudia Sousa, Dr.ª Elisabete Faria, Eng. Óscar Ferreira e ao Sr. Adílio Pinheiro e aos elementos de executivos anteriores que participaram na organização das Festas – Sr. Joaquim Carneiro, Sr. Manuel Joaquim Monteiro e Sr. David Adães. Terminou este assunto dizendo que depois do sucesso alcançado, esperamos que a Ex.ª CMST delibere o subsídio que todos os anos tem vindo a conceder para a realização das Festas da Vila e que todos os anos tem sido de 5.000 €. --

-- Pedido de pareceres sobre construções - O Presidente da Junta informou que no passado mês de Março recebeu um ofício da CMST para a Junta de Freguesia se pronunciar sobre um processo de obras particulares, aliás conforme previsto na Lei das Autarquias Locais. Como por diversas vezes foi dito na Assembleia de Freguesia, a CMST não pede pareceres sobre construções em Vila das Aves desde o ano 2003. Depois de analisado, afinal a obra não era nas Aves mas sim na Freguesia de Monte Córdova. Terminou dizendo que esta é mais uma prova dos actos de discriminação que a CMST tem para com a nossa Freguesia.-----

- Posto de Atendimento da Segurança Social – O Presidente da Junta informou que ao abrigo do Protocolo assinado entre a Junta de Freguesia e a Direcção Distrital do Porto da Segurança Social, o total de pessoas atendidas e requerimentos recebidos no Posto de

Atendimento da Segurança Social instalado na Junta de Freguesia foi o seguinte:
Janeiro: 475 - Fevereiro: 461 - Março: 558. -----

- Posto de atendimento do Centro de Emprego - O Presidente da Junta manifestou a sua preocupação sobre o número de pessoas que se apresentaram no posto de Atendimento do Centro de Emprego instalado na Junta de Freguesia, por motivo das apresentações quinzenais dos desempregados, que foi o seguinte: Janeiro 1.431, Fevereiro 1.366, Março 1.565 e 15.933 durante o ano de 2009.-----

Ao terminar este ponto sobre informações do executivo referiu uma curiosidade quanto às comunicações entre a CMST e a Junta, pois todos se lembrarão da célebre história do fax/convite para as famosas inaugurações na última semana de campanha eleitoral para as eleições autárquicas. A Junta de Freguesia enviou ao Sr. Presidente (e a todos os Vereadores) um convite para participar nas iniciativas previstas no programa das Festa da Vila e como resposta recebeu um FAX no dia 31/03 às 12:26 horas e, para que não ficassem dúvidas, o respectivo ofício por correio no dia 5 de Abril.-----

-- Pediu, a seguir, a palavra o deputado Bernardino Certo que disse que não é a primeira vez que o Presidente da Junta se refere às transferências da Câmara Municipal com algumas “inverdades” para tentar aliciar o público. Quem vê o documento em questão, disse, fica com a impressão de que Vila das Aves recebeu da Câmara Municipal uns miseráveis 61 mil euros, o que não é verdade, já que a Câmara Municipal investe directamente, há muitos anos, milhões de euros em obras e infra-estruturas, nomeadamente no novo cemitério, na 1º fase da ligação de Paradela a Cense, no Complexo Habitacional da Barca e que o Presidente da Junta deveria dizer tudo e não ficar pela metade e explicar que uma coisa são transferências, outra são os investimentos. Disse ainda, não poder ficar calado quando se diz aqui, sistematicamente, que o Presidente da Câmara é um bandalho e que recebemos menos do que as outras freguesias quando o Presidente da Junta sabe que isso não é verdade. Disse também que não vêm mais transferências para a Junta de Freguesia porque se calhar a Câmara não acredita neste Presidente da Junta e portanto não delega neste Presidente o que delega nos outros Presidentes. -----

-- O Presidente da Assembleia interpelou o deputado Bernardino Certo dizendo-lhe esperar que ele tenha consciência de que as palavras que proferiu são de sua autoria, nomeadamente a palavra bandalho que não lhe parece adequada e que não havia sido utilizada neste local. Esclareceu ainda que quando se fala de transferências está a falar-se de todas as Juntas em igualdade e não de investimentos que não têm de ser discutidos

no mapa apresentado. De seguida questionou o deputado se ele, efectivamente, acha que a Câmara não entrega dinheiro à Vila das Aves porque não confia na Junta, conforme afirmou, e salientou que, se assim for, e se todos estivermos convencidos disso, então não estaremos aqui a fazer nada. -----

-- Usou, de seguida a palavra o deputado Rui Batista que certificou que os valores apresentados são reais e que toda a gente pode consultar a conta de gerência da Câmara Municipal, de onde os mesmos foram retirados. De seguida explicou o que são transferências correntes e de capital e que nenhuma Junta se pode governar só com transferências correntes. Disse também que este é um concelho com vinte e quatro critérios e que vir aqui dizer-se que se fez um cemitério, a Rua 25 de Abril, não chega: estamos gratos por isso, mas faltam outras obras, nomeadamente a Rua Silva Araújo, cuja circulação automóvel é o dobro da Rua 25 de Abril, a ligação de Paradela a Cense e outras. Disse ainda que o presidente da Câmara é o presidente de todos e que quando o Presidente da Junta redobrou os votos neste mandato, os avenses quiseram que ele fosse Presidente, confiaram nele, por isso tem de ser respeitado por todas instituições incluindo o Presidente da Câmara e não é isso que acontece. Que quando o deputado Bernardino Certo fala em asfixia financeira está correcto, é isto que a Câmara tenta fazer, bloquear a Junta e que, como a Junta resiste, o Sr. Presidente da Câmara não gosta, como aconteceu com a compra do Amieiro Galego que o Presidente da Câmara afirmou ser uma “bandeira” da Junta e não sua. Que assim o povo de Vila das Aves pagou duas vezes o Amieiro Galego, uma com os seus impostos, outra com os seus donativos. Disse ainda que o Presidente da Câmara gere o concelho como se fosse o quintal dele e que chegará uma hora em que teremos de dizer basta. -----

-- O Presidente da Junta lamentou que o deputado do PS tenha posto em causa a sua pessoa, quando disse que o Presidente da Câmara não confiava nele. Disse considerar-se uma pessoa séria e orgulhar-se de ser respeitado tanto na sua actividade profissional, como pelos avenses, como comprovam as últimas eleições, com um resultado nunca antes visto e que o deputado Bernardino Certo baralha as contas, mistura transferências com investimento directo da Câmara dizendo que o Presidente da Junta falta à verdade, com isto prova que não está connosco na defesa dos interesses da Vila. -----

-- O deputado Bernardino Certo pediu a palavra e disse que o Presidente da Assembleia e o Presidente da Junta não interpretaram bem as suas palavras porque ouviram mal ou não quiseram ouvir e por isso repetiu que o que disse é que nas intervenções o Presidente da Câmara é tratado como um “bandalho”, o que reafirma novamente, e disse

também que se o Presidente da Junta não recebe mais verbas de transferências correntes **se calhar** é porque o Presidente da Câmara não confia no Presidente da Junta mas que não afirmou nada. -----

-- Seguidamente entrou-se no 2º ponto da Ordem de Trabalhos - Conta de Gerência de 2009. -----

-- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta para apresentar e explicar a Conta de Gerência de 2009, que se anexa a esta acta como Doc. 3.-----

Após as explicações do Presidente da Junta, usaram da palavra: -----

-- O deputado José Manuel Machado, que disse que os documentos apresentados espelham numa óptica económica financeira o resultado das actividades do executivo da Junta de Freguesia. Que o povo de Vila das Aves tem vindo a confiar neste executivo para exercer a sua actividade dando-lhe sucessivas maiorias, por isso não pode ninguém sustentar a tese que a Câmara Municipal pode, por mãos próprias fazer justiça desequilibrada. Que estas contas retratam, como já é habitual, uma comparticipação municipal muito aquém das necessidades da nossa terra, sendo esta uma forma indirecta e encapotada da Câmara Municipal querer acertar contas com o povo de Vila das Aves que não confiou na lista apresentada pelo PS. Quanto à intervenção do Sr. Bernardino Certo, disse não saber se o mesmo estava legitimado para dizer o que disse em relação a transferências de verbas da Câmara, ou se vai levar um puxão de orelhas do Presidente da Câmara, pois, se calhar não deveria ter dito o que disse. De seguida, chamou a atenção para um dado novo do PPI que é a aquisição do Amieiro Galego, um bem para a nossa terra, demonstrando a postura activa que a Junta teve, mais uma vez, sem a ajuda da Câmara Municipal.-----

-- O deputado Luís Lopes Machado, que acerca do PPI, disse que a aquisição do Amieiro Galego e do terreno na R. Dª Alzira Correia da Magalhães esgotaram todos os valores, o que fez reduzir os valores destinados a outras obras previstas, nomeadamente no Mercado, edifício da Tojela. Questionou também os valores pagos pelo Amieiro Galego, já que o PPI só reflecte um valor de quarenta mil euros, quando o valor da compra se cifra em setenta e cinco mil. Feitas as contas, considerando os valores entretanto arrecadados para o efeito, não se encontra esclarecido. -----

-- O deputado Bernardino Certo, que afirmou não ser nenhuma criança e não admitir que ninguém lhe diga que devia receber um puxão de orelhas; que será sempre o quer ser e não o que querem que ele seja. Quanto à Conta de Gerência disse que aquando da discussão do Orçamento para 2009 disse que o mesmo assentava em verbas virtuais, ao

que o Presidente da Junta e os deputados do PSD responderam que não, que o mesmo era realista e exequível e que agora se vê quem tem razão: as receitas de capital são menos 53% do que o previsto e quanto ao PPI apenas foram executadas duas rubricas: Quinta dos Pinheiros e Cemitério, tendo todas as outras ficado a zero. Disse ainda que, entretanto, foram executadas outras que não existiam no PPI inicial e que as alterações não foram aprovadas nesta Assembleia; que o Presidente da Junta agiu de acordo com a sua vontade, que esqueceu tudo o que foi aprovado nesta Assembleia e apenas cumpriu duas das rubricas mais visíveis, que mais facilmente apanham eleitores. Salientou que é já a segunda vez que o Presidente da Junta se está borrifando para esta Assembleia. -----

-- O Presidente da Assembleia, referindo-se à intervenção do deputado Bernardino Certo, disse que, talvez por não ter sido deputado no mandato anterior, reflecte de uma forma diferente e que, em sua opinião não é correcto que se peçam explicações sobre o PPI aprovado em mandato anterior e não competirá a esta Assembleia fazer alterações a um PPI aprovado nesse mandato. -----

-- O Presidente da Junta respondeu às intervenções dos deputados dizendo que, mais uma vez, a preocupação do Partido Socialista é saber como é que a Junta consegue pagar as contas e que continua a não se preocupar com o pouco que recebemos ou que não recebemos de todo. Referiu que sempre disse que o Amieiro Galego deveria ser da Freguesia e finalmente o Amieiro Galego é propriedade da Junta de Freguesia de Vila das Aves. Quanto ao PPI salientou que ele apenas sofreu transferências entre rubricas, que a Junta tem competência para fazer, e não foi feita qualquer revisão ao mesmo por não ter havido alterações no seu valor. -----

-- Afirmou ainda que quando os deputados só se preocupam com as despesas e não se preocupam com as receitas, está tudo dito: estão-se borrifando para os interesses da Vila. E quanto às “verbas virtuais” que o deputado Bernardino Certo referiu, existem e estão documentadas as justificações para a inclusão dessas verbas e, no que se refere ao Amieiro Galego, há valores que ainda se vão reflectir nas contas de 2010. Disse ainda que é claro que outras rubricas tiveram de sofrer reduções, nomeadamente o mercado, que a Junta gostaria muito de reabilitar, assim houvesse dinheiro para isso. Disse também que a única participação da Câmara Municipal desde 2002 para obras foi de cinco mil e quatrocentos euros para um muro de suporte na Escola de Quintão 1.-----

-- Passou-se de seguida à votação da Conta de Gerência de 2009 que foi aprovada com nove votos a favor do PSD, duas abstenções do UPC e dois votos contra do PS.-----

-- O deputado José Manuel Machado, em nome do PSD, apresentou a Declaração de Voto que se anexa a esta acta (doc. 4), acrescentando que o PS ao votar contra estas contas está também a votar contra a compra do Amieiro Galego.-----

-- Passou-se ao ponto três da Ordem de Trabalhos, Inventário. -----

-- Pelo Sr. Presidente da Junta foi apresentado para discussão e aprovação o documento anexo a esta acta.-----

-- Pediu a palavra o deputado Bernardino Certo que disse que já no ano anterior chamou a atenção para o facto dos bens da freguesia estarem muito mal avaliados, tendo o Presidente da Junta justificado este facto com a falta de inventariação de alguns bens. Assim, solicitou esclarecimento sobre o valor real do património da freguesia.-----

-- O Presidente da Junta esclareceu que quando chegou ao Executivo os bens imóveis não estavam inventariados, nem sequer registados ou escriturados. Este trabalho, que tem de ser feito por uma advogada, tem elevados custos e, este ano de 2009, fruto do magro orçamento a autarquia foi obrigada a protelar estes assuntos. Concordou que o inventário não está totalmente correcto mas é o possível neste momento. -----

-- O Presidente da Assembleia explicou que a avaliação do património é um processo muito complexo e delicado e que não se deve misturar as coisas, já que uma coisa é a inventariação e avaliação dos bens e outra é o seu registo.-----

-- Posto à votação o Inventário foi aprovado por onze votos a favor e duas abstenções dos deputados da UPC.-----

-- Seguidamente entrou-se no ponto nº 4 da Ordem de Trabalhos, Cedência de Terreno à ASAS, Adenda ao contrato de comodato. -----

-- O Presidente da Junta disse que a pedido da ASAS foi solicitada a cedência do terreno anexo à Casa do Sol, entretanto adquirido pela Junta de Freguesia. Assim sendo houve necessidade de se fazer uma adenda ao contrato aprovado por esta Assembleia em 23-01-2004 (Doc. 5). -----

-- O deputado José Manuel Machado salientou a circunstância de que uma Junta que tão pouco tem, tão pouco recebe, tão pouco tem a quem pedir, ainda consegue disponibilizar ajudas aos outros. Por isso está de parabéns. -----

-- Posta à votação a adenda ao contrato de comodato foi aprovada por 11 votos a favor e duas abstenções, da UPC.-----

-- Passou-se de seguida ao período de intervenção do público, tendo usado da palavra:

-- Alexandra Ferreira, que se congratulou com a realização das Festas da Vila e com o facto de se manter a tradição da comemoração do aniversário de elevação a Vila,

felicitando a Junta e todos quantos participaram nelas. Congratulou-se também com a intervenção do deputado da UPC que propôs a realização de seminários, colóquios que são fulcrais para o desenvolvimento e o crescimento de qualquer terra. Sugeriu começar com o tema “igualdade de circunstâncias”, já que analisando a folha com as transferências da Câmara Municipal para as vinte e quatro freguesias do concelho, constata-se uma diferença colossal. Salientou também uma frase do deputado Certo quando disse “eu sou o quero ser e não o que os outros querem que eu seja”. Desejou de sejamos sempre originais e honestos e que não venhamos para esta assembleia debater questões pessoais e usar termos menos próprios que em nada valorizam esta Assembleia. -----

-- Adalberto Carneiro, que lamentou que os que foram eleitos para esta Assembleia para defender os interesses de Vila das Aves percam tempo com guerrilhas e a atirarem achas para a fogueira quer da Junta, quer da Câmara. Lamenta esta situação e lamenta que não se reaja à escassez de investimentos que se verifica e que está expressa no mapa apresentado. A razão de existir de uma Junta e de uma Assembleia de Freguesia é defender os interesses da sua terra e por isso foram eleitos. Há investimentos que têm de passar pela Junta: o 25 de Abril trouxe o poder local. Quanto à Quinta do Verdeal, aconselhou a esquecer as promessas pois as mesmas já têm dezenas de anos. As promessas para Vila das Aves, essas sim são virtuais. Terminou dizendo que a Vila das Aves precisa de repensar o espaço de lazer e referiu os terrenos entre o “Pingo Doce” e a Escola de Bom Nome como adequados e com boa localização. -----

-- Instantes após o início desta intervenção ausentou-se o deputado Luís Lopes Machado, após ter solicitado autorização ao Presidente da mesa. -----

-- Não havendo mais nenhuma inscrição e por mais nada haver a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por quem a lavrou e pelo Presidente. -----

Idosos (Sede Social)
Luís Gonzaga Mendes de Carvalho, 242
5-080 Aves
Tel: 252942031 / 914831631
Fax: 252872538
E-mail: lft@netc.pt

Centro de Apoio
António Martins Ribeiro
Rua de Santa Clara, 350
4795-112 Aves
Tel: 252873012



1de Março de 2010
Exmos Senhores
Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia de Vila das Aves e
Presidente da Junta de Freguesia de Vila das
Aves
Av. 4 de Abril de 1955, 251
4795-024 Vila das Aves

(Doc)

Exmos Senhores Presidentes:

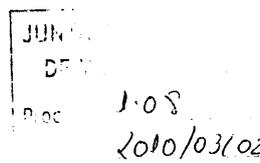
O Lar Familiar da tranquilidade vem reiterar a exposição e solicitação que em 29 Abril de 2008 fez.

Como é do conhecimento público, o Exmo Senhor António Martins Ribeiro foi um dos maiores, senão o maior benemérito da Vila das Aves, tendo contribuído de forma decisiva para a concretização de várias obras emblemáticas desta terra, nomeadamente o estádio do Clube Desportivo das Aves e do Lar Familiar da Tranquilidade e mais recentemente do Centro de Apoio António Martins Ribeiro.

Como justo reconhecimento pelo seu elevadíssimo altruísmo, visão e sentido cívico foi homenageado com a atribuição do seu nome à uma das Ruas da Vila das Aves, mais especificamente a que liga a Rua da Visitação à Rua Luís Gongaza Mendes de Carvalho. No entanto, tal homenagem poderia ser bem mais simbolicamente significativa se a referida Rua António Martins Ribeiro se prolongasse um pouco mais até alcançar a casa que foi a sua residência de sempre, a Casa da Quinta, em grande parte preservada e onde se encontra agora a funcionar o Centro de Apoio com o seu nome.

Na verdade, a Casa da Quinta foi literalmente o centro e eixo da vida deste grande homem e por isso a sua relevância simbólica é por demais óbvia.

Assim sendo, seria de toda a justiça e faria toda a diferença que a Rua António Martins Ribeiro fosse prolongada um pouco pela actual Rua Santa Clara até alcançar a referida Casa da Quinta do Sr. António Martins Ribeiro, ou ao entroncamento com a Travessa da Carreira, começando apenas a partir daí a Rua da Santa Clara.



Pelo acabado de expor o Lar familiar da Tranquilidade solicita a V. Exa. que encete as medidas que entenda necessárias para que seja posta à consideração da Assembleia de Freguesia de Vila das Aves, uma proposta para que a Rua António Martins Ribeiro seja prolongada pela actual Rua Santa Clara, exactamente até à Casa da Quinta do Sr. António Martins Ribeiro, ou mais especificamente no local em que a dita Rua entronca com a Travessa da Carreira, passando por isso a Rua da Santa Clara a começar apenas a partir desse ponto.

Convictos que a presente solicitação merecerá a melhor atenção.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Atenciosamente



Adélio Castro

(Vogal da direcção do Lar Familiar da tranquilidade)



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES

Ex.ma Direcção do
Lar Familiar da Tranquilidade
Rua Luís Gonzaga Mendes de Carvalho
4795-080 VILA DAS AVES

Vila das Aves, 30 de Março de 2010

Recebemos da vossa carta de 1 de Março de 2010, à qual demos a melhor atenção.

Após análise da proposta nele contida e tendo em consideração que a apresentação de uma proposta à Assembleia de Freguesia e à Câmara Municipal deverá obter um amplo consenso prévio, vimos trazer à vossa consideração o seguinte:

- a Rua de Santa Clara não entronca directamente com a Rua António Martins Ribeiro na toponímia actual. Teríamos, no caso de aprovação da vossa proposta, duas ruas distintas com o mesmo nome;
- o mesmo aconteceria com a Rua Luís Gonzaga Mendes de Carvalho se uma parte da mesma passasse a designar-se António Martins Ribeiro para superar o inconveniente referido atrás;
- há vários moradores que encontrarão razões para reclamarem da alteração da toponímia.

Entretanto, tendo em conta o objectivo de reconhecer o mérito do Sr. António Martins Ribeiro não vemos nenhum inconveniente e pensamos que será consensual atribuir ao pequeno largo onde se situa a entrada principal do Centro de Apoio a designação “Largo António Martins Ribeiro”.

Aguardando de V.s Ex.as uma opinião sobre o assunto, subscreve-se

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Engº Américo Luís Carvalho Fernandes

JOSÉ FERNANDES
CARLA SIMÕES
ANA ALVARENGA

ADVOGADOS

(Anexo 2)

Santo Tirso, 10 de Março de 2010

Exmº. Senhor

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE
VILA DAS AVES

Avenida 4 de Abril de 1955, 251

4795-024 VILA DAS AVES - STS

Refª.: - Procº. 789/A/2001 – 3º. Juízo Cível do Tribunal Judicial de Santo Tirso

Exmº. Senhor Presidente:

Recebi o ofício que acompanhava cópia da folha 10 da acta nº. 2 da Câmara Municipal de Santo Tirso, relativa à reunião ordinária de 27/01/2010.

Não obstante me ter sido enviada para conhecimento, eis o que se me oferece dizer sobre o seu conteúdo:

1- A posição dos eleitos do partido socialista representa apenas isso e sobre ela, porque alheio à luta política, nada direi.

2-Tão bem como eu, V. Exª. conhece bem o quadro e limites da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, intervenção que ocorreu muito depois de efectuado julgamento e quando apenas se aguardava a decisão.

3-Quem acompanhou o julgamento, dúvidas não terá sobre as perspectivas da decisão.

Praça Conde de S.Bento, 39, 1º. Frt. - 4780-375 Santo Tirso - Tel. 252 853 629 * Fax 252 858 757
E-mail: josefernandes-2397p@adv.ao.pt

108

2010/03/11

JOSÉ FERNANDES
CARLA SIMÕES
ANA ALVARENGA

ADVOGADOS

4-No que se refere a despesas e honorários, duvidas não tenho de que apenas poderão pecar por defeito,

Em qualquer caso, se tal tiver utilidade para essa Junta, estou ao dispor de V. Ex.^a para, onde e quando entender e com quem entender, inclusivé com os “eleitos na lista do Partido Socialista” discutir os termos da acção, as perspectivas da decisão, o acordo a que se chegou, a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e o montante de despesas e honorários.

Com os melhores cumprimentos,


JOSÉ FERNANDES

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

MAPA DE TRANSFERÊNCIAS - ANO 2009

Juntas de Freguesia	População	Transfer. Correntes	Transfer. Capitais	Total	Per Capita	Autárq. /09
Junta Freguesia Refojos Riba Ave	1108	32.052,00 €	43.935,30 €	75.987,30 €	68,58 €	PS
Junta Freguesia Vilarinho	4040	21.390,21 €	183.737,29 €	205.127,50 €	50,77 €	PS
Junta Freguesia Rebordões	3582	21.765,77 €	96.859,69 €	118.625,46 €	33,12 €	PS
Junta Freguesia S. Mamede Negrelos	2281	26.855,10 €	213.847,97 €	240.703,07 €	105,53 €	PS
Junta Freguesia Roriz	3734	47.532,31 €	224.671,44 €	272.203,75 €	72,90 €	PS
Junta Freguesia Renguenga	1598	15.850,73 €	130.693,27 €	146.544,00 €	91,70 €	PS
Junta Freguesia S. Tomé Negrelos	4249	27.613,03 €	73.025,32 €	100.638,35 €	23,69 €	Independente
Junta Freguesia Monte Cordova	3676	22.644,30 €	36.608,32 €	59.252,62 €	16,12 €	PSD
Junta Freguesia S. Tiago Carreira	981	16.074,17 €	87.811,87 €	103.886,04 €	105,90 €	PS
Junta Freguesia Santo Tirso	13756	19.149,39 €	98.609,90 €	117.759,29 €	8,56 €	PSD
Junta Freguesia Vila das Aves	8514	42.098,45 €	19.848,00 €	61.946,45 €	7,28 €	PSD
Junta Freguesia Areias	2585	47.316,00 €	60.669,23 €	107.985,23 €	41,77 €	PS
Junta Freguesia Palmeira	1055	21.219,74 €	29.812,31 €	51.032,05 €	48,37 €	Independente
Junta Freguesia Stª Cristina Couto	3926	10.196,00 €	53.635,76 €	63.831,76 €	16,26 €	PS
Junta Freguesia S. Salvador Campo	1135	19.366,62 €	83.747,00 €	103.113,62 €	90,85 €	PS
Junta Freguesia Lamelas	950	14.744,20 €	138.213,64 €	152.957,84 €	161,01 €	PS
Junta Freguesia S. Martinho Campo	3726	25.178,17 €	16.158,00 €	41.336,17 €	11,09 €	PSD
Junta Freguesia S. Miguel Couto	1294	25.726,49 €	98.236,05 €	123.962,54 €	95,80 €	PS
Junta Freguesia Burgães	2245	26.454,11 €	64.308,75 €	90.762,86 €	40,43 €	PS
Junta Freguesia Guimarei	736	20.065,12 €	82.197,56 €	102.262,68 €	138,94 €	PS
Junta Freguesia Sequeiró	1763	15.060,75 €	23.704,00 €	38.764,75 €	21,99 €	PSD
Junta Freguesia Agua Longa	2069	37.271,99 €	87.122,63 €	124.394,62 €	60,12 €	PS
Junta Freguesia Agrela	1606	14.354,56 €	42.656,23 €	57.010,79 €	35,50 €	PSD
Junta Freguesia Lama	1520	14.451,58 €	44.556,00 €	59.007,58 €	38,82 €	PS

* Censos 2001

(Doc 4)

Contas de Gerência 2009
Declaração de Voto

Depois de apreciada toda a documentação inerente à prestação das contas de gerência de 2009, constatamos que elas reflectem com rigor a execução da actividade desenvolvida pela Junta de Freguesia no ano em referência.

São documentos de índole essencialmente técnica que retratam, nos termos legais, a gestão da Junta numa óptica económico-financeira.

Todos desejávamos que pudesse ter sido feito muito mais, assim como também todos devemos saber que as necessidades da nossa terra ultrapassam em muito a capacidade de receita e de financiamento da Junta de Freguesia.

Mas, mais uma vez, as contas da Junta registam uma comparticipação municipal muito, muito, aquém das necessidades da terra.

Por tudo isso, muito nos congratulamos com a prioridade dada pelo executivo ao assunto do prédio do Amieiro Galego, que a Junta conseguiu adquirir para a Freguesia.

Esta circunstância foi um facto superveniente à previsão que a Junta tinha elaborado para o ano de 2009 e que marca toda a diferença.

Em relação a este assunto, a Junta de Freguesia demonstrou, mais uma vez, toda a sua grande determinação na defesa dos superiores interesses da nossa Vila.

Por tudo o que referi e porque os documentos apresentados cumprem com rigor e transparência o que está legalmente estabelecido, os deputados eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente as contas de gerência de 2009.

Vila das Aves, 17 de Abril de 2009.



José Manuel Machado - Elemento da Assembleia de Freguesia eleito na Lista do PPD/PSD



(Doc 5)

ADENDA AO CONTRATO DE COMODATO

Outorgantes:

Primeiros: **JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES**, com sede na Av. 4 de Abril de 1955, nº 251, Vila das Aves, Santo Tirso, pessoa colectiva nº 509014852, representada por Carlos Alberto Carvalho Fernandes, na qualidade de Presidente da Junta;

Segundo: **ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E ACÇÃO SOCIAL DE SANTO TIRSO (ASAS)**, com sede na Rua Dr. Carneiro Pacheco nº 458, Santo Tirso, pessoa colectiva nº 502802685, representada por José dos Santos Pinto, na qualidade de Presidente da Associação;

Considerando que a Junta de Freguesia de Vila das Aves adquiriu o prédio urbano sito na Rua D. Alzira Correia de Magalhães, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 598 e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 10º:

Considerando ainda que o prédio supra descrito confina com o prédio cedido no contrato de comodato exarado a 23 de Janeiro de 2004 pelo primeiro ao segundo outorgante:

Os outorgantes assinam a presente adenda ao referido contrato de comodato, alterando apenas o ponto primeiro que passa a ter a seguinte redacção:

PRIMEIRA – A primeira outorgante cede em comodato à segunda, o prédio urbano sito na Rua dos Correios, nº 152, antigo prédio dos Correios, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 2571 e inscrito na respectiva matriz sob o nº 1634 e o prédio urbano sito na Rua D. Alzira Correia de Magalhães, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº 598 e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 10º.

Vila das Aves

CONTRATO DE COMODATO

OUTORGANTES

PRIMEIROS: JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES, com sede no largo da Tojela, n.º 450, Vila das Aves; Santo Tirso, pessoa colectiva n.º 680032657, representada por Carlos Alberto Carvalho Fernandes na qualidade de Presidente da Junta;

SEGUNDOS: ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E ACÇÃO SOCIAL DE SANTO TIRSO (ASAS), com sede na Rua Dr. Carneiro Pacheco, n.º 458, Santo Tirso, pessoa colectiva n.º 502802685, representada por Carlos Manuel Moreira Almeida Santos, na qualidade de Presidente da Associação;

PRESSUPOSTOS DESTE CONTRATO:

- a) A Primeira outorgante é proprietária do prédio urbano, sito na Rua dos Correios, 152, Vila das Aves, Santo Tirso.
- b) A Segunda outorgante, no desenvolvimento da sua acção, pretende instalar na Vila das Aves uma Unidade para Acolhimento de Crianças, o que a Primeira Outorgante reconhece ser de importância primordial para a freguesia.

ATENTOS ESTES PRESSUPOSTOS AS OUTORGANTES CELEBRAM O CONTRATO DE COMODATO QUE SE SUBORDINA ÀS SEGUINTE CONDICOES:

PRIMEIRA – A primeira outorgante cede, em comodato, à segunda outorgante o primeiro andar do prédio referido nos pressupostos deste contrato.

SEGUNDA – O fim do empréstimo é a instalação pela segunda outorgante de uma UNIDADE PARA ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS.

TERCEIRA – O prazo do contrato é de vinte e cinco anos, com início na data da assinatura, findo o qual a segunda outorgante restituirá o prédio à primeira, livre de pessoas e coisas e em bom estado de conservação, salvas as deteriorações resultantes de uma utilização prudente.

QUARTA – Dado que o prédio dado em comodato se encontra em mau estado de conservação, a segunda outorgante obriga-se a nele fazer as reparações necessárias.

QUINTA - Fica a segunda outorgante autorizada a fazer as obras de adaptação necessárias ao fim a que o prédio se destina.

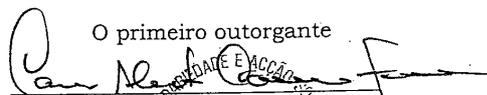
SEXTA – A representada do segundo outorgante não pode proporcionar a outrem o uso do prédio, sem autorização escrita da Assembleia de Freguesia.

SÉTIMO – A comodatária obriga-se a realizar, por sua conta, no prazo de doze meses a contar da data de assinatura deste contrato, no prédio objecto deste contrato, todas as obras de que este carece.

PARAGRAFO – ÚNICO – Findo o contrato as obras executadas não conferem à segunda outorgante o direito a qualquer indemnização.

FEITO EM DUAS VIAS DE IGUAL VALOR, LIDO E ACHADO CONFORME VAI SER ASSINADO.

Santo Tirso, 23 / 1 / 2004

O primeiro outorgante

O segundo outorgante

